

Bispos discutem o solo urbano

Direito à moradia e especulação com terrenos são temas da reunião da CNBB

CARLOS DE OLIVEIRA

A defesa e a promoção das "legítimas aspirações dos trabalhadores em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana, especialmente no que se refere ao direito a terreno e moradia, alterando o regime de propriedade urbana e da especulação imobiliária", segundo o documento preliminar do encontro, deverão ser as linhas-mestras da 20.ª Assembléia Geral da CNBB, que a partir de amanhã, até o dia 18, em Itaici, reunirá cerca de 250 bispos de 236 dioceses brasileiras, para a discussão do tema "Uso do Solo e Ação Pastoral".

A disposição do episcopado nacional de defender e promover modificações no atual sistema de uso e propriedade do solo urbano é, na realidade, um compromisso da CNBB assumido pela primeira vez em fevereiro de 1980, na parte final do documento "Igreja e Problemas da Terra", que enfocou os aspectos sociais da realidade fundiária, dentro do contexto rural brasileiro. Um ano depois, durante a 19.ª Assembléia Geral, que debateu a "Vocação, Vida e Ministério do Presbítero", a questão do uso do solo urbano foi retomada sob a forma de um painel de debates, do qual participaram, entre outros, os cardeais-arciebispos de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, e de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Nessa ocasião, a CNBB decidiu eleger como tema principal da assembléia deste ano o uso do solo urbano e a ação pastoral que a Igreja Católica no Brasil deverá imprimir para encaminhar a solução dos problemas vividos nas grandes cidades. Nesse sentido, segundo informou esta semana o cardeal Arns, longe de ditar normas técnicas a serem seguidas pelo governo, a CNBB pretende propor linhas pastorais a serem obedecidas pelo episcopado e pelo clero, no sentido de atender "o povo que vive mal e não tem condições normais de habitação".

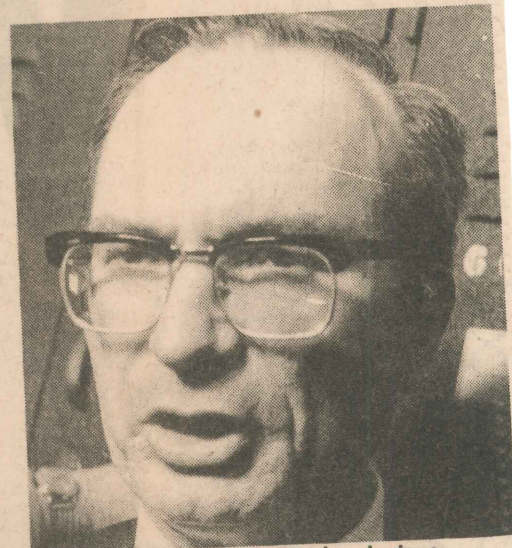
A opinião de dom Paulo foi endossada pelo secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, para quem "a Igreja deseja a solução dos problemas e não a iniciativa dessa solução". A idéia principal da Assembléia, segundo dom Luciano, é "constatar as graves dificuldades que envolvem o problema do solo urbano, sobretudo em termos de injustiças quanto à possibilidade de habitação condigna às classes desfavorecidas".

"Em segundo lugar — disse o secretário-geral — à luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja, o encontro visa a promoção de um adequado encaminhamento de soluções, oferecendo sugestões a quem cabe a última responsabilidade".

Segundo o cardeal Arns, além das propostas pastorais — "pois a assembléia é de pastores e não de técnicos — os bispos deverão abordar as causas dos problemas urbanos, "o estado



Dom Paulo espera "propostas pastorais".



O secretário-geral da CNBB, dom Luciano.

das cidades, as consequências para as famílias e que a Igreja pode fazer enquanto órgão que analisa, reflete, conhece e se identifica com o povo."

Nesse sentido, é bem provável que a CNBB, com base em uma série de subsídios, entre eles o documento preliminar do encontro, elaborado por uma comissão da própria entidade, faça propostas em favor da criação de uma nova legislação urbana. Várias vezes, se bem que de forma isolada, bispos e padres defenderam a criação de impostos altos sobre terrenos desocupados, geralmente utilizados como reserva de valor, ou, em outras palavras, para a especulação imobiliária.

A criação de impostos e de outros mecanismos capazes de dar destinação social à terra também foi defendida pelo ex-coordenador de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, o professor Cândido Malta Campos Filho, hoje integrante da Comissão Justiça e Paz, que participará da 20.ª Assembléia Geral da CNBB na qualidade de assessor.

Para ele, a exemplo do que pensam vários bispos, o eixo principal dos problemas urbanos passa exatamente sobre a especulação imobiliária, fator de encarecimento da terra e até mesmo de uma proletarização interna da cidade. Segundo o professor Malta Campos, metade da população favelada de São Paulo — que em números redondos chega a meio milhão de pessoas — já experimentou um padrão de vida mais alto e foi rebaixada a esse tipo de habitação precária, exatamente pela alta dos preços dos terrenos, aliada ao aumento dos custos do transporte.

Com base nesse processo de "filtragem descendente da população", dom Paulo rejeita as afirmações de que o favelado é necessariamente "um desordeiro, um malandro ou

maloqueiro". De acordo com o cardeal, "os homens que moram nas favelas, em geral, são operários braçais de construção civil, ou desempenham atividades autônomas, como ambulantes, carregadores, tarefeiros. As mulheres exercem atividades ligadas ao emprego doméstico".

É possível que a Assembléia aponte falhas da administração pública, já que dom Paulo fez críticas diretas ao BNH, afirmando que o banco não atende as classes que ganham menos de três salários mínimos. Na opinião do cardeal, a moradia para essa faixa de população deveria receber incentivos semelhantes aos subsídios dados à indústria, especialmente à automobilística. Ao mesmo tempo, iniciativas do Ministério do Interior, como por exemplo o anteprojeto da lei de Desenvolvimento Urbano deverão receber o apoio da Igreja uma vez que diversas propostas daquele órgão "são comuns às de juristas cristãos", afirmou dom Paulo.

A 20.ª Assembléia Geral da CNBB tratará também de temas secundários, entre eles a "Educação na Fé/Catequese", a criação de uma Comissão de Doutrina Teológica, assuntos ligados à liturgia e os preparativos do próximo Sínodo dos Bispos, em Roma. O processo de eleição da nova presidência da CNBB, a ser realizada no próximo ano, também será debatido.

Além dos subtemas, os bispos reunidos em Itaici farão diversas comunicações, entre as quais está a "Situação Sócio-Política", que vai ser apresentada por integrantes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades). Está previsto ainda um dia de retiro espiritual, a ser coordenado pelo cardeal Aloísio Lorscheider.